

Caminhos da formação docente no Brasil: aspectos históricos, legais e pedagógicos

Maria Aparecida Alves da Costaⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Davison da Silva Souzaⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Carla Jeany Duarte Braúnaⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Maria Naiany Gomes Nobre^{iv} 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Rafaela Moreira Holanda^v 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Anselmo Alencar Colares^{vi} 

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil

1

Resumo

A pesquisa tem por objetivo principal fazer um recorte histórico sobre a educação e formação de professores no Brasil desde o Brasil Colônia até a LDB de 1996, sintetizando as principais reformas e leis. À luz de autores que se debruçam sobre a temática em questão, como SAVIANI (2007, 2008), ARANHA (2012), ROMANELLI (1986), entre outros. É do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa. Foi possível considerar e refletir que tanto a educação, quanto a formação de professores nunca foi protagonista das preocupações de governantes, mesmo sabendo de sua importância para o desenvolvimento de uma nação como a nossa. Algumas leis instituídas em meados do século XX favorecia uma pequena parte da população (elite), enquanto a maioria ficava à margem da sociedade.

Palavras-chave: Educação. Formação docente. História da Educação.

Paths of teacher education in Brazil: historical, legal and pedagogical aspects.

Abstract

The main objective of the research is to make a historical outline about the education and training of teachers in Brazil from the Colonial Brazil to the LDB of 1996, summarizing the main reforms and laws. In the light of authors who deal with the subject in question, such as SAVIANI (2007, 2008), ARANHA (2012), ROMANELLI (1986), among others. It is a bibliographic type of qualitative approach. It was possible to consider and reflect that both education and teacher training were never the protagonists of the concerns of government officials, even though they knew their importance for the development of a nation like ours. Some laws instituted in the mid-twentieth century favored a small part of the population (elite), while the majority remained on the margins of society.

Keywords: Education. Teacher training. History of Education.

1 Introdução

A presente pesquisa traz à baila um recorte histórico sobre a educação e formação de professores no Brasil, sintetizando suas reformas e mudanças desde os primórdios com o ensino jesuítico até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 20 de dezembro de 1996.

A formação de professores é um assunto considerado de suma importância, pois está diretamente ligado ao futuro de uma nação, já que os professores é que formam as futuras gerações, conseqüentemente os futuros profissionais, seja na educação básica ou no ensino superior (SABOIA, BARBOSA, 2021).

Por ser um assunto de relevância e haver muitas lacunas a serem preenchidas e desafios a serem alcançados, assuntos pertinentes como a condição dos professores, sua formação inicial e continuada, os planos de carreira, salários, condições de trabalho nas escolas e a valorização da profissão, é necessário uma discussão em torno dessa temática, para saber onde está o erro e analisar quais as soluções mais viáveis para sanar os problemas com a finalidade de chegar o mais próximo possível da prática real em sala de aula e não apenas a teoria. Pois um bom professor tem um papel fundamental na vida do seu aluno e as formas de aprender e ensinar gera um grande impacto no futuro (MOURA; PORTELA; LIMA, 2020).

Visto que a qualidade dos profissionais gera uma qualidade do ensino e conseqüentemente uma qualidade nos índices educacionais de aprendizagem dos educandos, mas a realidade dos dias atuais e a desvalorização do profissional da educação gerando uma desmotivação, interferindo no apreço em escolher a profissão para sua vida, gerando um ciclo de problemas onde os alunos não se interessam pelas aulas, os professores são desvalorizados e desmotivados a dar aula e no final as taxas de aprendizados são baixas o que causa mais problemas nos anos posteriores de ensino, no ensino superior e no mercado de trabalho (FREITAS; FREITAS; CAVALCANTE; 2021).

Partindo dessa base, acreditamos que a pesquisa é relevante no cenário educacional brasileiro, pois interfere consideravelmente em vários âmbitos da sociedade, e o diálogo sobre o assunto é necessário para trazer soluções viáveis para melhoria do ensino e da atuação do profissional da educação, o que é de

interesse para todo país pois a educação é um dos âmbitos mais importantes da sociedade.

Para melhor compreensão, dividimos o artigo em quatro partes. A primeira compreende a introdução, onde apresentamos o objetivo e a relevância da pesquisa, em seguida apresentamos o procedimento metodológico. Na terceira parte nos debruçamos no contexto histórico da educação brasileira, centrando ênfase nos aspectos legais, e pedagógicos e por fim, traçamos as nossas considerações finais.

3

2 Metodologia

Com a finalidade de atingir o objetivo proposto desta pesquisa, utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Xavier (2010), a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinada temática.

Quanto a abordagem, a pesquisa amparam-se numa abordagem qualitativa, que segundo Brasileiro (2013, p. 46) “é aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnica estatística”.

Considerando ser uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, configura-se relevante esse tipo de método, pois a partir do que já foi escrito e publicado é possível desenvolver um estudo com ricas bases, análises e interpretações.

3 Educação nos períodos: colonial e imperial

Historicamente, a educação no Brasil inicia-se com a chegada dos jesuítas (1549) e, mais especialmente, após a instauração de colégios que visavam à

formação da elite dirigente nos quais eram praticados os princípios do “Ratio-Studiorum”¹.

De acordo com Saviani (2012, p.77) esse plano é:

[...] constituído por um conjunto de 467 regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino, indo desde as regras do provincial (40), passando pelas do reitor (24), dos prefeitos de estudos (80), dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino (205), abrangendo as regras da prova escrita (11), da distribuição de prêmios (13), do bedel (7), chegando às regras dos alunos (40) e concluindo com as regras das diversas academias (47).

Com esse conjunto de regras, os padres jesuítas baseiam seu trabalho na catequese indígena, considerando que o público existente no Brasil, era formado por nativos, onde os jesuítas aplicam a escolástica, fundamentada no humanismo, conteúdos relacionados à arte, ao homem, conhecimento de mundo, cultura (BOSI, 1992).

É notório que a educação no período colonial era destinada à catequização dos indígenas, assim como também era um privilégio de poucos que faziam parte da nobreza. Nesse período em o Brasil era colônia portuguesa, era inexistentes instituições de ensino destinadas exclusivamente à formação de professores profissionais, comprometidos apenas com a instrução. A formação docente subordinava-se, primeiramente, à formação do sacerdote, embora a ação pedagógica dos futuros padres fosse detalhadamente normatizada pelo Ratio Studiorum (SAVIANI, 2008).

Em 1759 Marquês de Pombal expulsa os jesuítas, a partir dessa expulsão teremos algumas medidas, como: a) implantação do ensino público oficial; b) nomeação dos professores pela coroa. c) aulas Régias e disciplinas isoladas; d) subsídio Literário (Pagamentos dos professores) (GONDRA; SCHUELER, 2008).

¹ Um conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, seguindo orientações emanadas das Constituições da Companhia de Jesus. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas (SAVIANI, 2012, p. 52).

Quanto à formação dos professores para essa nova fase educacional brasileira, podemos salientar que foi majoritariamente precária, uma vez que os docentes apresentavam um desconhecimento pedagógico e uma ignorância dos próprios conteúdos que ministravam.

Já no império podemos destacar alguns fatos históricos que contribuem para a estruturação do cenário político social no Brasil quais sejam: Capitalismo Industrial (XVIII), Família Real no Brasil (1808), Ruptura do Pacto Colonial, Independência (1822), Constituição de 1823 e Transformações Culturais. Todos esses acontecimentos contribuíram e afetaram de forma direta ou indiretamente no contexto educacional brasileiro (COSTA, 2015).

Durante todo o século XIX que é o período Imperial no Brasil, o ensino será elitista e propedêutico. Elitista porque continua tendo acesso ao ensino no Brasil os filhos dos nobres e os próprios nobres. E propedêutico porque se trata de um curso ou parte de um curso introdutório de disciplinas em artes, ciências, educação, etc. É o que provém ensinamento preparatório ou introdutório, os chamados conhecimentos mínimos, ou seja, esse estudo está atrelado aos interesses do ingresso aos cursos superiores, preparar a pessoa para o ensino superior (RIBEIRO, 2015).

O ensino nesse momento é dividido em Ensino Elementar, Ensino Secundário e Ensino Superior. O Ensino Elementar surgiu no Brasil em 1823. Uma Assembleia Constituinte que discutiu a estruturação da educação. Em 15 de Outubro de 1827 cria-se uma lei para a criação de escolas de primeiras letras em todo império, vilas e cidades. Em 1834 surge uma reforma, apesar de a educação ficar a cargo do poder central, o Ensino Elementar, Secundário e o de formação de professores passa a ser de responsabilidade das províncias. O problema é que não há infraestrutura para oferecer esse serviço educacional, enquanto isso, a taxa de analfabetismo crescia de forma desordenada (ROMANELLI, 1986).

4 Educação na república

A Constituição Republicana de 1891 reafirma a descentralização do ensino, ou seja, mantém a ideia de que a União é responsável por uma parte da educação e os Estados são responsáveis pela outra parte, persistindo assim um sistema dualista tradicional no ensino.

O sistema dualista de certa forma segrega a educação, ou seja, o acesso à educação superior só seria possível para a sociedade elitizada, enquanto os recursos da massa populacional vão de encontro a um ensino mais elementar, onde concluindo o ensino primário ou secundário, os estudantes se preparavam para adentrarem no mercado de trabalho, deixando assim por falta de condições de seguirem seus estudos em níveis mais elevados (ARANHA, 2012).

A partir da década de 1920 surgem às disputas ideológicas e políticas no Brasil, baseada no escolanovismo e conservadores. Os conservadores são inspirados na pedagogia de Herbart² no século XIX, são tradicionalistas que defendem uma educação religiosa, humanista, intelectualista, onde acabam disputando interesses com os grupos dos liberais.

Os Liberais são inspirados pela Escola Nova, onde trazem a ideia de democratizar, ou seja, transformar a sociedade por meio da educação. Suas ideias vão contra uma escola não dualista, procurando reagir ao individualismo, academicismo da educação tradicional. Começa a surgir ideais da democratização do ensino, integração que futuramente chamaremos de inclusão (COELHO, 2020).

O Escolanovismo impulsiona o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto foi publicado em 1932 e foi assinado por 26 educadores. Esse documento defendia: educação obrigatória, pública e gratuita; considerando que o estado era totalmente responsável pela educação nacional, cogitando também a eliminação do modelo dualista (ROMANELI, 1986).

Chegando à Era Vargas, as reformas educacionais não pararam. A Reforma Capanema ocorre entre 1937 e 1945 durante o período que compreendemos como Estado Novo. O ministro Ricardo Capanema empreendeu a reforma do ensino que foram chamadas de Leis Orgânicas do Ensino.

² Ver mais em: https://www.pedagogia.com.br/biografia/johann_herbert.php.

Dentre as medidas dessa reforma, podemos citar a regulamentação da reforma do Ensino Primário; a criação do Ensino Supletivo de dois anos, onde tinha a finalidade de eliminar o analfabetismo na sociedade brasileira que na época era muito amplo; melhor planejamento escolar a partir de medidas políticas; recursos da própria reforma e estruturação da educação; estruturação da carreira docente; regulamentação do curso de professores; reestruturação do curso Secundário (4 anos de ginásio e 3 anos colegial (PALMA FILHO, 2005).

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 196, sendo esta a primeira Lei brasileira que institui a educação nacional, traz algumas mudanças principalmente as que eram abordadas pelas leis Orgânicas de Gustavo Capanema, como por exemplo, o Ensino Secundário passa a ser menos enciclopédico, passa a ser voltado para o cotidiano, uma realidade que diz respeito ao Escolanovismo. No entanto, embora fosse uma lei que objetivava a educação brasileira, fugiu um pouco das normativas para uma educação pública, gratuita e de qualidade, onde os estados não estava focando somente nas escolas públicas, ele mantinha certo atendimento as escolas privadas, priorizando bolsas de estudos nessas instituições, não que isso fosse errado, mas em vez de fomentar as escolas públicas considerando que era seu dever, estava custeando as escolas elitistas (ROMANELLI, 1986).

Outro marco que representa expressivas transformações no cenário educativo foi o período da Ditadura Militar influenciou todos os níveis educacionais em um período de vinte e um anos, 1964 a 1985, alterando suas características e provocando mudanças, algumas presentes até os dias atuais. Houve a expansão da escola pública, e a educação tecnicista trouxe para o 1º e 2º graus a instrumentalização para a fixação da ideologia do Estado, a escola foi um dos meios mais usados para a difusão dessa ideologia que respaldou o golpe militar (ARANHA, 2012).

Nesse sentido, havia a necessidade de formarem técnicos com tarefas específicas a serem realizadas nas escolas para o acompanhamento do ensino. Reconhecemos assim, uma fragmentação das tarefas comprometida pela presença desses técnicos na escola. A separação no currículo culminou na formação

fragmentada pedagógica de base e nos estudos correspondentes às habilitações. Essa divisão de funções correspondeu a uma lógica da organização escolar e implicou em uma formação específica. Diante disso, o caráter "tecnicista" do curso teve como consequência o esvaziamento teórico da formação, excluindo o caráter da pedagogia como investigação do fenômeno educativo. Além disso, a estrutura curricular levou a um currículo fragmentado e aligeirado, visto que havia a necessidade da formação rápida de profissionais que pudessem atuar no ensino, era uma formação de curto prazo e em massa (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Além disso, a tentativa de interligar a educação à economia significava tornar a educação mais funcional ao sistema capitalista. A Lei n. 5.692 reestruturou os antigos primários e ginásio, criando o ensino de 1º e 2º graus. O ensino obrigatório passou de quatro para oito anos, formando um único ciclo chamado 1º grau de ensino. E, os três anos do antigo ensino colegial, passaram a constituir o 2º grau. Dessas reformas educacionais começou a emergir a nova configuração profissional do professorado público de 1º e 2º graus (SAVIANI, 2007).

Podemos destacar alguns aspectos sobre a educação durante o período ditatorial, quais sejam: a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino; distinção da oferta de ensino, conforme as classes sociais no país. Os conteúdos a serem aplicados eram escolhidos por sua relevância social e de discussão em grupos, questionando-se sua abordagem e organização.

O contexto histórico da educação no Brasil, no tocante à formação de professores é incipiente, pois como sabemos, a formação de professores no Brasil iniciou com a implantação das Escolas Normais, ainda no século XIX, sendo estas escolas responsáveis para a formação do ensino elementar (PIMENTA, 2012). Sendo esse tipo de escola de origem europeia com o intuito de formar professores para o ensino elementar (FIALHO, COSTA, 2020). Pensando nesse viés, a legislação para a formação docente no Brasil não é completa ou simplesmente não atende as necessidades do trabalho dos professores desde o início da colonização portuguesa em terras brasileiras (FLORES, 2020).

Em 1808 com a chegada da família real portuguesa as terras do Brasil, o país passa por algumas mudanças em especial educacionais, a educação era voltada para a elite e para formação dos funcionários, ou seja, carreiras liberais, como direito, engenharia e medicina, que de acordo com Ferreira e Bittar (2006, p. 134), “os professores eram escolhidos ou pela afirmação de sua capacidade e conduta moral, ou por indicação. Ainda não havia uma legislação específica para os profissionais de educação”.

Ainda de acordo com esses autores,

Os professores eram formados do ensino mútuo, que teve origem na Inglaterra e era baseado no monitoramento. Mas não era apenas isso, os futuros professores tinham um tempo determinado para se formarem e suas despesas deveriam ser pagas com seus próprios salários (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 134).

Em meados do século XIX foi instituído o modelo de professores adjuntos ou alunos-mestres, consistia numa solução barata e rápida para a formação docente, eram como vamos hoje os "auxiliares de sala" que ajudavam os professores e ao mesmo tempo aprendiam sobre o ensino, metodologia, mas sem nenhuma base teórica, apenas na prática (PIMENTA, 2012).

Já no início do século XX, (LOURO, 1997), o modelo de formação de professores no Brasil seguia conforme o modelo europeu. Mais adiante a figura feminina passa a ter um papel crucial na educação, por ser considerada como as primeiras educadoras, a tarefa de ensinar ficou a cargo quase que exclusivo das mulheres, daí vem o termo popularmente conhecido como "Tia", a profissão de professora era considerado uma extensão da casa, uma função materna, e ato doméstico, o termo "tia" é o que mais se aproxima e remete mãe.

No período Republicano até o ano de 1930 o país foi governado por militares e oligarcas ruralistas, sem nenhuma participação popular e isso significou pouco avanço nas áreas educacionais. Para Gomez e Ramos (2017, p. 145):

[...] (art 3) professores e professoras nacionais e estrangeiros seriam contratados pelo governador [...] (art 10) o quadro da escola estava mais bem desenhado, composto por diretores, professores efetivos e

temporários, professores de educação física, secretários, bibliotecários entre outros.

A contratação era feita por concursos e após cinco anos o professor poderia se tornar efetivo, o decreto também trouxe as escolas modelos, que iriam os educandos por sexo, uma para meninos e outra para meninas, eram destinadas a alunos e alunas ao exercício da prática docente.

10

Na era Vargas de 1930-1945, entraram em vigor as Leis Orgânicas de ensino, decreto lei n. 8.530 de 1946. O artigo 36 designava aos professores a realização da Radio-escola poderia ser habilitada a dar aulas quem estivesse registrado no departamento de educação de acordo com as regulamentações das leis Orgânicas indicavam os mecanismos de controle do estado (ARANHA, 2012).

Em relação ao período da ditadura militar (1964-1985) as políticas educacionais abrangeram desde a educação infantil até o ensino superior de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a formação de professores primários era efetivada a partir da conclusão do ensino Normal ou institutos de Educação, já o professor secundário, precisava concluir os cursos nas Faculdades de Filosofia, Ciências ou Letras (MELO, 2018).

Na atual Lei De Diretrizes e Bases Da Educação de 1996, período de redemocratização dispõe no seu Artigo 62.

A formação de docentes para atuar na educação básica faz-se em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitira, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Diferente da Lei de 1961, a última LDB, ou seja, de 1996, estabelece outros critérios para a formação e atuação de professores em sala de aula, como a conclusão de cursos superiores em universidade e institutos federais, para o magistério na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino superior).

5 Formação Docente no cenário Atual

Falar de formação de professores atualmente é revisitar as mudanças educacionais do Brasil desde o período colonial, como já vimos em linhas anteriores. As transformações no tocante à formação docente não é uma preocupação para governantes, uma vez que o cenário educacional do Brasil não foi e não é discussão urgente para o estado. A discussão em relação à formação vem desde o período jesuítico com intensas transformações ao longo dos séculos (BARBOSA; SABOIA, 2021).

É certo que a formação docente não inicia apenas dentro dos muros das universidades, ela acontece também a partir da prática em sala de aula no momento que o graduando começa a entender sua prática com o estágio supervisionado (FREITAS; FREITAS; CAVALCANTE, 2020).

Sendo o estágio supervisionado obrigatório para a formação inicial docente, a experiência é fundamental para essa formação, pois, é no momento do estágio que acontece a união da teoria com a prática, possibilitando assim ao professor em formação uma visão ampla sobre a prática docente (FREITAS; FREITAS; ALMEIDA, 2020).

Além do estágio na formação inicial, é preciso mencionar a formação continuada de professores também, uma vez que as mudanças ocorrem a todo tempo e os professores precisam estar acompanhando essas transformações no sentido de atualizarem seus conhecimentos em relação à sociedade de incertezas que emerge a cada momento (AMORIM, *et al*, 2016).

Essa atualização dos professores em formação e dos professores já em exercício facilita o aprendizado significativo do alunado (GERRA, 2020), possibilitando assim a construção do conhecimento de forma crítica, garantido uma educação satisfatória (ROLIM; ALMEIDA, 2021).

O avanço das tecnologias possibilitou novas formas de transmissão de conhecimento para os alunos, sendo estas tecnologias principais aliadas tanto para a formação docente no tocante ao acesso às informações, (SOUSA; FERNANDES, 2021), como para o corpo discente, onde elas favorecem uma aprendizagem às vezes mais acessível ao número maior de pessoas.

6. Considerações finais

Ao realizar esta pesquisa chegamos ao entendimento que a educação brasileira ao longo dos séculos, nem sempre foi acessível para todos, e que a formação de professores, sofreu e ainda sofre alterações ao decorrer do tempo e que se caracterizava de forma diferente em cada período vigente da história.

De forma que a educação nem sempre foi alvo de preocupações do governo, pois a partir dela se tem um modelo de sociedade, pois provém da educação grande influência na construção do indivíduo (ARRUDA; CASTRO; BARRETO, 2020). Portanto, se através da formação de professores ocorrerem uma formação séria, priorizando a transferência de saber de forma clara, verdadeira, sem filtros, mostrando todos os pontos de determinado assunto ao educando e valorizando quem ensina esses saberes, a educação será um ciclo mútuo de conhecimento e proporcionará um olhar crítico a quem a receber.

Porém, sabemos que ainda há uma estrada para se percorrer na questão da valorização do professor, porém, há também o amor de tais por esse caminho e a esperança e o esforço para chegar nessa realização. A valorização do professor e a formação desse profissional proporciona uma arma forte para a sociedade, pois ela é umas das principais fontes da sociedade que fará pessoas mais sabidas e capazes de desvendar o mundo com mais êxito.

Referências

ARANHA, Maria. Lúcia. de. Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

ARRUDA, Amanda Thássya Ferreira Félix Pompeu; CASTRO, Eveline Lima de; BARRETO, Raquel Figueiredo. Inclusão no ensino superior: um desafio para a docência. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4534/3677>. Acesso em: 06 jan. 2021.

AMOROM, Wellington Lima; *et al.* Teoria da Complexidade como facilitadora de diálogos entre os saberes. **Revista Travessias**. v. 10, n.1, 2016. Disponível em:

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/13898>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BARBOSA, R.; SABOIA, V. Diversidade e construção da identidade da criança no cotidiano da educação infantil. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4512>. Acesso em: 03 jan. 2021.

13

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

COELHO, Kaline Cibele Araújo. A educação feminina cearense pela ótica da escola Normal (1884-1930). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4529/3648>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COSTA, Maria Aparecida Alves da. As Contribuições do Movimento de Cultura Popular (MCP) para a Educação Brasileira. **Revista Expedições: teoria da história e historiografia**. v. 6. n. 2, 2015. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/4121. Acesso em: 06 jan. 2021.

FERREIRA, Amarilo Jr; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educ. Soc.** vol. 27, n. 97, p. 1154-1179, 2006.

FIALHO, L. M. F COSTA, M. A. A. da. História e memória da Escola Normal Helvídeo Nunes de Barros (Bom Jesus, Piauí). **Cadernos de História da Educação**. v. 19, n. 3. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/56848>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FREITAS, Mônica Cavalcante de; FREITAS, Bruno Miranda; CAVALCANTE, Gustavo Freitas. A importância da escola para crianças em contexto familiar monoparental. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4536/3680>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FREITAS, Bruno Miranda; FREITAS, Mônica Cavalcante; CAVALCANTE, Gustavo Freitas. Elementos norteadores dos estágios supervisionados: o olhar docente.

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4510/3649>.
Acesso em: 06 jan. 2021.

FREITAS, Mônica Cavalcante de; FREITAS, Bruno Miranda; ALMEIDA, Danusa Mendes. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4540/3666>.
Acesso em: 06 jan. 2021.

14

FLORES, Moacyr. Educação e ensino na província do Rio Grande do Sul no século XIX. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 1, e313892, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3892>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MELO, Giovana Ferreira. **Pedagogia Universitária: aprender a profissão, profissionalizar a docência**. Curitiba: CRV, 2018.

MOURA, Ana Célia Clementino; PORTELA, Aliny da Silva; LIMA, Alverbênia Maria Alves de. Uma experiência de aprendizagem cooperativa no curso de Letras. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4541/3667>.
Acesso em: 06 jan. 2021.

GOMEZ, Lucas Gabriel; RAMOS, Lilian Maria P. de Carvalho. Revistando as políticas de formação de professores no Brasil (1827-1930). **Revista educação e Emancipação**, São Luis, vol. 10, n. 3, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Fábio Soares. Geografia escolar e o papel do professor no contexto contemporâneo. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4530/3646>.
Acesso em: 06 jan. 2020.

LIBÂNEO, José. Carlos. PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação e Sociedade**. v. 20, n. 68. p. 239-277, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 jan. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Marden de Pádua. História da formação de professores no Brasil: Colônia e Império um resgate histórico. **Temporalidades revistas de historia**. v. 7. n. 2, 2015.

ROMANELLI, O. de. O. História da Educação no Brasil. Petropolis, RJ: Vozes, 1986.

ROLIM, Maria José; ALMEIDA, Danusa Mendes; A evasão estudantil no curso de letras português da FECLESC. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4532/3679>.

Acesso em 06 jan. 2021.

SABOIA, Valquíria Soares Mota; BARBOSA, Rozilda Pereira; Pandemias reais currículo, gestão escolar e nós. E agora? **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4545/3682>.

Acesso em: 04 jan. 2021.

SOUSA, Genifer Andrade de; FERNANDES, Francisca Risolene. Ensino de Matemática na interface com as novas tecnologias: perspectivas docentes. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4556/3716>.

Acesso em: 06. Jan. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP. Autores Associados, 2008. – (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

PALMA FILHO, José Cardoso. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, José Cardoso. **Pedagogia Cidadã, cadernos de formação, História da Educação**. 3 ed. Santa Clara Editora, 2005.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e Apresentar Trabalhos Científicos em Eventos Acadêmicos**. Recife: Rêspel, 2010.

ⁱ **Maria Aparecida Alves da Costa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5213-4869>

Universidade Estadual do Ceará.

Minicurrículo: Mestra e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Piscopedagogia Clínica e Institucional. Pedagoga pela Universidade Estadual do Piauí. Integrante do Grupo Práticas Educativas Memórias e Oralidades.

Contribuição de autoria: Escrita e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305904539863361>

E-mail: mariapedagoga99@gmail.com

- ii **Davison da Silva Souza**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8597-4933>
Universidade Estadual do Ceará.

Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Ex-integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de maio até dezembro de 2018. Com enfoque em Educação Antirracista e Educação Popular.

Contribuição de autoria: Escrita –primeira redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5879358723019951>

E-mail: davisonsouza20@gmail.com

- iii **Carla Jeane Duarte Braúna**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0171-1512>
Universidade Estadual do Ceará

Estudante de pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) cursando o 8º período. Atua na área de pesquisa com foco na educação especial e formação de professores.

Contribuição de autoria: Escrita –primeira redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2620155922182548>

E-mail: carla.brauna@aluno.uece.br

- iv **Maria Naiany Gomes Nobre**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8940-2564>
Universidade Estadual do Ceará.

educanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, com pesquisas em andamento na área de formação de professores; educação comparada.

Contribuição de autoria: Pesquisa do material.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7931311442052312>

E-mail: naianyyy@outlook.com

- v **Rafaela Moreira Holanda**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4648-7099>
Universidade Estadual do Ceará.

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará.

Contribuição de autoria: Pesquisa e coleta de dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3262323405902410>

E-mail: rafaelaholanda04@gmail.com

- vi **Anselmo Alencar Colares**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1767-5640>.
Universidade Federal do Oeste do Pará

Doutor em Educação. Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFOPA e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - Doutorado Acadêmico (Associação em Rede - Polo Santarém/UFOPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil.

Contribuição de autoria: Edição e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1107767923215438>

E-mail: anselmocolares@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

COSTA, Maria Aparecida Alves da; *et al.* Caminhos da formação docente no Brasil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2020.